

Artigo - Apresentação

Educação Especial e Inclusiva: Direitos, Teorias, Práticas, Promoção e Ensino

Special and Inclusive Education: Rights, Theories, Practices, Promotion and Teaching

Educación especial e inclusiva: derechos, teorías, prácticas, promoción y enseñanza

Silvia Lúcia Lopes Benevides 

O exemplar da revista que chega às suas mãos trata-se de uma coletânea de artigos desenvolvidos como Trabalho de Conclusão de Curso-TCC pelos discentes do Curso de Especialização EAD para Formação de Professores em Letras Libras- EFPLL, turma 2018.1, vinculados à Unidade de Educação a Distância-UNEAD/ Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ Universidade Aberta Brasileira-UAB.

O referido curso organizou-se em 11 turmas, distribuídas em 14 municípios/ Polos UAB, do Estado da Bahia objetivando possibilitar aos docentes da Educação Básica, notadamente da educação infantil e séries iniciais, momentos de estudos e aperfeiçoamento no âmbito da educação de surdos, com ênfase em libras, além de pretender atingir direta e indiretamente a população surda baiana.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019, p.49)¹, no que se refere às matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o Brasil, no ano de 2018 apresentou os seguintes resultados: na Educação Infantil, 81.254 matrículas em classes comuns e 10.140 em classes especiais e escolas especializadas, no Ensino Fundamental foram 741.426 matrículas em classes comuns e 96.567 em classes especiais e escolas especiais. Essa realidade demanda a formação de um profissional capaz de lidar com a complexa atividade da docência que exige atuação em uma escola que abriga diferentes grupos sociais com necessidades educacionais diversas.

¹ ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. São Paulo: Moderna/ Todos pela Educação, 2019.

Viabilizar uma Política Inclusiva respaldada na promoção de uma educação de qualidade e emancipatória para todos os baianos, independentemente das diferenças sociais, econômicas, cognitivas, culturais e linguísticas configura-se em um grande desafio para todos os níveis de educação, conforme os postulados da Declaração de Salamanca (1994)² que promulga que todos têm direito a uma educação de qualidade que equipare as oportunidades. Nesse sentido, as IES – Instituições de Ensino Superior assumem um papel de destaque na formação de profissionais e na construção de conhecimento respaldados no paradigma da diferença, cujo princípio contrapõe-se à homogeneização e normalização do sujeito e vai ao encontro do reconhecimento de sua alteridade.

A EFPLL constituiu-se, portanto, como uma dentre tantas outras importantes ações educacionais afirmativas promovidas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB no intuito de minimizar as desigualdades sociais que atingem principalmente, as pessoas pertencentes aos grupos que vivenciam uma posição de marginalização e opressão decorrente de um legado socioeconômico e histórico-cultural.

Em se tratando da comunidade surda faz-se necessário compreender a diferença surda reconhecendo a existência de grupos de pessoas que constroem suas identidades e se relacionam com o mundo a partir de uma experiência visual, exigindo uma língua visoespacial engendrada nas comunidades surdas. Em função dessa especificidade linguístico-cultural vivenciada pelo surdo, surge a demanda de uma educação bilíngue, na qual se prevê a aquisição de duas línguas, sendo a língua de sinais considerada como a primeira língua, por ser a modalidade de aquisição natural e a língua oficial nacional, sua segunda língua, no caso do Brasil, a Libras, foi reconhecida pela Lei nº 10.436³ como a língua natural dos surdos brasileiros adquirindo esses, o direito legal de serem educados nessa língua.

Conforme observa Sá (2002)⁴ a discussão curricular no âmbito da educação de surdos, pode se dar de forma mais apropriada, quando encara o

² UNESCO. Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

³ BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002.

⁴ SÁ, Nídia Regina Limeira. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

surdo enquanto autor e ator de uma cultura minoritária, enquanto usuário de uma língua natural, enquanto grupo que demanda uma educação bilíngue e multicultural, enquanto pessoa diferente e de identidades legítimas. Nessa direção, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu a distância EFPLL, pautou a sua linha teórico-metodológica nos princípios da filosofia educacional bilíngue e estudos culturais e apresentou uma composição abrangente de disciplinas que objetivam uma formação qualificada para atender ao modelo de educação que a comunidade surda reivindica, na perspectiva do multiculturalismo crítico.

Para o desenvolvimento das atividades do curso foi definida a modalidade a distância, mediadas telematicamente, utilizando os recursos da plataforma moodle e da rede de videoconferências da Universidade. As atividades a distância ocorreram mediadas e registradas no ambiente virtual moodle, com o objetivo de orientação, construção colaborativa e registro de produções individuais e coletivas, em formatos diversos: pesquisas teóricas e de campo, atividades práticas, produções acadêmicas, dentre outras.

Reafirmando a necessidade do reconhecimento político da Libras como língua de cultura e tratando-se de um curso EAD, primou-se em incentivar o contato físico constante dos cursistas com as comunidades surdas locais, considerando a advertência feita por Fernandes e Moreira (2014) que a Libras não pode ser, “desvinculada dos sujeitos que lhe dão vida e conferem sentido nas interações verbais” e tão pouco “deve estar desarticulada de sua encarnação cultural, social e histórica que circula na comunidade surda” (FERNANDES; MOREIRA, p.66, 2014)⁵. Em todas as disciplinas foram desenvolvidas atividades de pesquisa de campo a partir de temáticas relacionadas à educação e à cultura surda. Fez-se uso de entrevistas, questionários, estudos de casos, traduções e produções de vídeos em Libras, preferencialmente envolvendo surdos. A utilização de vídeos e imagens foi uma estratégia eficiente para garantir não somente a comunicação através de contato visual entre professores, tutores e alunos surdos e ouvintes, como

⁵ FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora UFPR.

também favorecer a aquisição do aprendizado da Libras, sistema linguístico eminentemente visual-gestual.

O primeiro artigo *Educação bilíngue a partir dos movimentos socioeducacionais das pessoas surdas em Salvador- Bahia: direitos linguísticos x inclusão?* Autoria de Alex Sandrelanio dos Santos, sob a orientação de David Kaique Rodrigues dos Santos apresenta uma visão ampliada do conceito de inclusão e reflete sobre o dilema que envolve o local ideal para a escolarização dos surdos: se em salas de aulas regulares ou escolas especializadas. Baseando-se nas normas educacionais específicas para as pessoas surdas, *Lei 10.436/2002 e seu decreto regulamentador 5.626/2005 cominado com Lei Brasileira de Inclusão e, consagradas no Plano Municipal de Educação de Salvador – PME em sua Meta nº 4* evidencia as escolas e classes bilíngues como a opção jus-educacional para a pessoa surda.

O destaque sobre a emergência da educação bilíngue para surdos é também abordado no artigo *Implementação da disciplina de Libras nos anos iniciais: uma perspectiva bilíngue* da autoria de Albery Pires França Vasconcelos; Crizeide Miranda Freire; Juciara Costa da Fonseca Rios orientados por Yuri Miguel Macedo. Ponderam os autores que *a proposta da educação bilíngue é recente, comparada a outros modelos educacionais convencionais, e que, apesar de legalmente, haver decretos que dão margens para a implementação da disciplina de Libras nos anos iniciais, encontram-se algumas fragilidades nas definições que garanta ou que pautem a obrigatoriedade desta.*

No artigo, *Direitos da pessoa surda: desafios à efetivação das leis educacionais que regem a inclusão e acessibilidade no município de Euclides da Cunha*, as autoras Ana Patrícia Aleixo de Santana Gama; Jamile da Cruz e Jesus; Nêmore Nádja Souza Dias sob a orientação de Yuri Miguel Macedo destacam os direitos das pessoas surdas, elencando alguns desafios para efetivação das leis educacionais que regem a inclusão e acessibilidade no município de Euclides da Cunha – BA. Consideram que há decretos, leis e diretrizes que sustentam toda forma de inclusão seja ela sociocultural e econômica, na sala de aula e na sociedade observam, entretanto que esses ainda não se consolidaram na prática.

Em *O professor e os desafios no ensino da língua portuguesa para surdos* da autoria de Kátia Quele Ferreira da Silva Rocha, com orientação de Ludmila Borges Lira e Silva ressalta-se a importância da educação bilíngue no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, evidenciando a necessidade de compreensão das dificuldades encontradas por professores ouvintes e pelo aluno surdo no processo de inclusão, uma vez que o veículo de comunicação é a língua.

O artigo *A relação pedagógica entre o professor e o aluno surdo no ensino básico tendo a libras como mediadora* da autoria de Ivonete de Souza Santos; Ronaldo Conceição dos Santos; Teresinha Ribeiro Brito, sob a orientação de Rosa Maria Lopes Freitas, aborda a temática da educação inclusiva visando *elucidar quais os obstáculos e possibilidades de superação na relação pedagógica entre o professor e o aluno surdo, em salas de aula do ensino básico tendo a Libras como mediadora* evidenciando que a formação do professor em Libras é fundamental para atender às demandas educacionais do aluno e superar os obstáculos na comunicação.

Em *Ações pedagógicas realizadas com os estudantes surdos em salas de AEE na perspectiva da educação inclusiva*, da autoria de Luciana Costa Souza e orientação de Claudia Braga Maia, são analisadas as ações pedagógicas realizadas com os estudantes surdos em salas de AEE, tendo por base as diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEI. Ressalta-se a partir de uma pesquisa de campo no município de Feira de Santana, a importância do AEE *como complemento ao trabalho realizado no ensino regular que ainda mostra-se, muitas vezes, despreparado para receber o aluno surdo*.

Em *Uma proposta de letramento em história e geografia para o alunado surdo na educação básica*, Luciana Oliveira Correia; Suerlange de Jesus Ferraz e Stela de Jesus, com orientação de Jaqson Alves Santos abordam as dificuldades de letramento nas disciplinas História e Geografia, na educação básica e apresentam uma sequência didática para a alfabetização em História e Geografia voltada para alunos surdos. Demonstram a possibilidade de organização de um trabalho pedagógico em que *a produção do conhecimento histórico-geográfico possa se apropriar simultaneamente dos elementos da*

língua de sinais, da cultura visual e da competência da escrita, leitura e expressão.

No artigo *Libras e sua importância na formação de professores na educação de surdos*, Sidneide Maria da Conceição Santos, orientada por Daniane Pereira refletem sobre as práticas e metodologias adotadas pelo professor para o desenvolvimento educacional do aluno surdo destacando a importância das adaptações curriculares com fundamentos nos propósitos da educação inclusiva e na realidade cultural das pessoas surdas.

Em *Libras como ferramenta pedagógica no processo educacional do aluno surdo* Eliane dos Santos Miranda; Lorena de Oliveira Moreira Cerqueira, orientadas por Márcia Aparecida Rodrigues e Silva reafirmam a importância da educação bilíngue para os surdos destacando a necessidade da inclusão dessa temática na formação inicial e continuada sobretudo, *fomentar a permanência em espaços da comunidade surda que ofereçam a possibilidade de aprender formalmente, a linguagem de sinais.*

David Santana Lopes, orientado por David Kaique dos Santos, fazendo uso de uma Revisão Sistemática da Literatura evidencia os *Jogos analógicos e digitais como ferramentas lúdicas na ambientação e no ensino de estudantes surdos em salas de aula regulares*. A partir de uma crítica aos obstáculos infraestruturais, formativos e curriculares presentes na escolarização dos surdos apresenta os jogos analógicos e digitais como um recurso didático interessante no processo de escolarização das pessoas surdas.